



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Inflamando o real: a renegociação da vida em um processo demencial

Autoria: Bárbara Rossin Costa (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Etnografar doenças de longa duração, como o Alzheimer, leva-nos a discorrer sobre experiências de aflição, ruína e dor que ensejam aprendizados, afetam subjetividades, viabilizam novos cronotopos e produzem novas práticas envolvendo uma pluralidade de sujeitos e dimensões. Este work se propõe a refletir sobre os modos de produção e administração da vida, do real, do espaço-tempo e dos processos de subjetivação de pessoas com Alzheimer (e/ou outras demências) em uma instituição pública. Como material de análise, trago alguns casos observados por mim nas oficinas de estimulação cognitiva do Centro de Referência à Saúde do Idoso (CRASI), da Universidade Federal Fluminense. Com base nesses relatos sensíveis, espero analisar as formas pelas quais a vida, o viver e as escalas espaço-temporais podem ser renegociadas em um contexto de incerteza e sofrimento. Tratarei de descrever parte das dinâmicas observadas e as técnicas que orientam os profissionais de saúde em suas práticas laborais, levando em consideração o work ativo dos objetos no processo de (re)inscrição dos pacientes no mundo. Sustentarei a ideia de que os objetos funcionam como vestígios, como extensões indissociáveis de pessoas e corpos, assim como pistas valiosas que nos direcionam a certas ontologias e visões de mundo.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: